

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES
(Organizadores)

VOL III



EDITORA
ARTEMIS

2022

CIÊNCIAS SOCIALMENTE APLICÁVEIS:

INTEGRANDO SABERES E
ABRINDO CAMINHOS

JORGE JOSÉ MARTINS RODRIGUES
MARIA AMÉLIA MARQUES

(Organizadores)

VOL III



EDITORA
ARTEMIS

2022



O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Prof. ^a Dr. ^a Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M. ^a Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M. ^a Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizadoras	Prof. Dr. Jorge José Martins Rodrigues Prof. ^a Dr. ^a Maria Amélia Marques
Imagem da Capa	ciempies
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.^a Dr.^a Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana “José Antonio Echeverría”, Cuba*
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, *Universidade Federal de Uberlândia*
Prof.^a Dr.^a Amanda Ramalho de Freitas Brito, *Universidade Federal da Paraíba*
Prof.^a Dr.^a Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires, Argentina*
Prof.^a Dr.^a Ana Júlia Viamonte, *Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal*
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano, Peru*
Prof.^a Dr.^a Angela Ester Mallmann Centenaro, *Universidade do Estado de Mato Grosso*
Prof.^a Dr.^a Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Carmen Pimentel, *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*
Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*
Prof.^a Dr.^a Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuato, México*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Padovesi Fonseca, *Universidade de Brasília-DF*
Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, *Universidade Aberta de Portugal*
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, *Universidade Federal da Grande Dourados*
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid, Espanha*
Prof.^a Dr.^a Deuzimar Costa Serra, *Universidade Estadual do Maranhão*
Prof.^a Dr.^a Dina Maria Martins Ferreira, *Universidade Estadual do Ceará*
Prof.^a Dr.^a Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, *Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*



Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste/ Universidad Tecnológica Nacional*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnico da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Javier Antonio Alborno, *University of Miami and Miami Dade College*, USA
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla – La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES – Centro Universitário de Mineiros
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Dr.ª Lúvia do Carmo, Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodríguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Marcos Augusto de Lima Nobre, Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal
Prof. Dr. Turpo Gebera Osbaldo Washington, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências socialmente aplicáveis [livro eletrônico] : integrando saberes e abrindo caminhos: vol. III / Organizadores Jorge José Martins Rodrigues, Maria Amélia Marques. – Curitiba, PR: Artemis, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

Edição bilíngue

ISBN 978-65-87396-58-3

DOI 10.37572/EdArt_290522583

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I. Rodrigues, Jorge José Martins. II. Marques, Maria Amélia.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

APRESENTAÇÃO

O livro que ora se encontra nas vossas mãos, no seu terceiro volume, é por tradição um livro de temática interdisciplinar e transdisciplinar no campo das ciências sociais aplicadas. É interdisciplinar porque cruza várias disciplinas do saber. A sua transdisciplinaridade fica a dever-se aos múltiplos campos do conhecimento abrangidos, com os trabalhos apresentados a inserirem-se em temáticas emergentes nos vários campos científicos.

A metodologia seguida na organização deste volume, podendo ser discutível, privilegiou os conteúdos dos artigos, o que originou o chapéu Educação-Organização-Informação, decomposto nos eixos temáticos: Educação e formação profissional, Organizações, trabalho e responsabilidade social, Informação, transparência e decisão. Na construção da estrutura de cada um destes eixos procurou-se seguir uma lógica em que cada artigo possa contribuir para uma melhor compreensão do artigo seguinte, gerando-se um fluxo de conhecimento acumulado que se pretende fluido e em espiral crescente.

Assim, o eixo Educação e formação profissional abarca um conjunto de dez artigos que se preocupam com a redução de desigualdades. Para tal advogam o recurso a metodologias de ensino e aprendizagem com recurso a mediadores que orientem metodologicamente estes processos, no sentido de implementar e respeitar valores éticos, de cidadania e direitos humanos. Pode também recorrer-se à formação contínua em contexto de trabalho, com recurso a comunidades virtuais de aprendizagem e orientação para determinadas áreas funcionais, recorrendo a processos educativos de formação e inovação educativa, através de metodologias de colaboração e cooperação. Tais processos não dispensam uma reflexão crítica do formando no processo de avaliação e consolidação dos conteúdos objeto de aprendizagem, como forma de o mesmo contribuir para um maior conhecimento a favor da comunidade.

O eixo Organizações, trabalho e responsabilidade social agrega um conjunto de nove artigos que se preocupam com o bem-estar da sociedade. Vivemos numa sociedade de organizações, em que a célula mais pequena e influente é a família. Esta socorre-se das suas redes de relações significativas – redes de negócios – para conseguir obter os seus objetivos através do trabalho em cooperação. Esta capacidade intrínseca da família constitui um ativo intangível potenciador de vantagem competitiva, a qual poderá ser preservada e ampliada através de ações de responsabilidade socialmente aceites. Esta praxis parece estar a modificar paulatinamente algumas organizações económicas e movimentos sociais, procurando a conciliação entre o trabalho e a família,

independentemente do setor económico, sociedade civil ou do estágio de vida em que o indivíduo se encontre, contribuindo para um envelhecimento saudável ativo.

Por sua vez, o eixo Informação, transparência e decisão é constituído por quatro artigos que demonstram preocupações com a qualidade da informação, seja ela voluntária ou obrigatória. Aquela deve ser transparente e tempestiva, e contribuir para um relato que siga padrões de referência socialmente aceites. Estas características são necessárias devido à transversalidade e utilidade da informação para a tomada de decisão, quer a nível público quer a nível privado.

Com a disponibilização deste livro e seus artigos esperamos que os mesmos gerem inquietude intelectual e curiosidade científica, procurando a satisfação de novas necessidades e descobertas, motor de todas as fontes de inovação.

Jorge Rodrigues, ISCAL/IPL, Portugal

Maria Amélia Marques, ESCE/IPS, Portugal

SUMÁRIO

EDUCAÇÃO - ORGANIZAÇÕES - INFORMAÇÃO

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1.....1

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PROFESSOR PRIMÁRIO EM MOÇAMBIQUE

Maura Juçá Manoel

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225831

CAPÍTULO 2..... 15

IMPORTANCIA DE LA INVESTIGACIÓN EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LOS ESTUDIANTES DEL ÁREA DE LA SALUD

Alida Bella Vallejo-López

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225832

CAPÍTULO 3.....24

PROYECTO WEB DIGITAL PARA POTENCIAR EL APRENDIZAJE DE LOS ALUMNOS, BASADO EN UNA COMUNIDAD VIRTUAL DE APRENDIZAJE (CVA)

Moisés Ramón Villa Fajardo

Agustina Ortiz Soriano

Karla Fabiola Barajas Pérez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225833

CAPÍTULO 4.....32

CARACTERIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN FINANCIERA DE LOS JÓVENES BACHILLERES DEL CANTÓN ESMERALDAS

Jenny Cristina Cervantes Intriago

Joyce Oriana Arboleda Orejuela

Verónica Elizabeth Aguilar Quiñónez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225834

CAPÍTULO 5.....42

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO BIOÉTICA NO ENSINO DAS COMUNIDADES ANGOLANAS

Benvinda Bibiana de Fátima Pembelindjele Caita

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225835

CAPÍTULO 6.....52

IMPACTO DE LA RÚBRICA COMO GUÍA DEL DISPOSITIVO DE EVALUACIÓN EN LA ENSEÑANZA DEL PROCESO DE DESARROLLO DE SOFTWARE

Jorge Ezequiel Moyano

Emilio Izarra

Matías Moncho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225836

CAPÍTULO 767

IMPLEMENTACIÓN DE UN TALLER DE MINDFULNESS PARA REDUCIR EL ESTRÉS EN ALUMNOS EN SU PRUEBA DE APTITUD ACADÉMICA PARA INGRESO AL INSTITUTO TECNOLÓGICO Y DE ESTUDIOS SUPERIORES DE MONTERREY EN TOLUCA

Carlos Fernando Leal Gómez

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225837

CAPÍTULO 8..... 86

DETECCIÓN DE ERRORES ORTOGRÁFICOS PARA LA VALIDACIÓN DE LA CALIDAD EN DATOS ABIERTOS GUBERNAMENTALES PARA LA MÉTRICA DEL FACTOR SYNTACTIC CORRECTNESS

Roxana Martínez

Christian Parkinson

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225838

CAPÍTULO 9.....97

ÁREA DE FOMENTO Y PROMOCIÓN PARA LA COMERCIALIZACIÓN DE PRODUCTOS Y SERVICIOS EN EL OBSERVATORIO DE CIENCIAS EMPRESARIALES DE LA UNIVERSIDAD DE OTAVALO

Edwin Santiago Núñez Naranjo

Jesús Francisco González Alonso

 https://doi.org/10.37572/EdArt_2905225839

CAPÍTULO 10..... 110

RELIGIOUS EDUCATIONAL REFORMS AND THE SHAPING OF MOROCCAN IDENTITY: ISLAMIC EDUCATION TEXTBOOKS AS A CASE STUDY

Somaya Zine-Dine
Moulay Sadik Maliki

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258310

ORGANIZAÇÕES, TRABALHO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

CAPÍTULO 11.....126

CARTOGRAFIA DA FAMÍLIA EMPRESÁRIA: PERCURSORES, CONCEITOS E EMERGÊNCIA DE MODELOS TEÓRICOS

Jorge José Martins Rodrigues
Maria Amélia André Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258311

CAPÍTULO 12..... 144

SERÁ QUE A UNIÃO FAZ A FORÇA INDEPENDENTEMENTE DA DIMENSÃO DOS INTERVENIENTES? UM ESTUDO SOBRE AS RAZÕES DE INTEGRAÇÃO EM REDE DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Lara Sofia Mendes Bacalhau
Guilhermina Maria de Silva Freitas

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258312

CAPÍTULO 13.....159

PODERÁ A RBV CONSIDERAR OS RECURSOS TANGÍVEIS COMO ESTRATÉGICOS? UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE RECURSOS VRIO – VISÃO HISTÓRICA

Lara Sofia Mendes Bacalhau
Guilhermina Maria de Silva Freitas

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258313

CAPÍTULO 14.....174

“CUSTOMER ORIENTATION AND MANAGEMENT CONTROL IN THE PUBLIC SECTOR: A GARBAGE CAN ANALYSIS”. *UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA E ONTOLÓGICA*

Guilhermina Maria de Silva Freitas
Lara Sofia Mendes Bacalhau

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258314

CAPÍTULO 15 184

DISCURSOS PERCEPCIONES Y AGENDA DE REFORMA LABORAL-FLEXIBILIDAD ARGENTINOS. PROCESO INTERPRETATIVO Y CULTURA ORGANIZACIONAL 2018-2022

Liliana Edith Ferrari

Andrea Karina Batista Teliz

Esteban Córdoba

Lautaro Cirami

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258315

CAPÍTULO 16 196

INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA TOMADA DE DECISÃO ESTRATÉGICA NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Maria Dulce da Costa Matos e Coelho

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258316

CAPÍTULO 17 210

A CONCILIAÇÃO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL NA COMUNICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – UMA ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES CERTIFICADAS COMO FAMILIARMENTE RESPONSÁVEIS

Elisabete Correia

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258317

CAPÍTULO 18 229

ASSOCIAÇÕES QUE PROMOVEM O ENVELHECIMENTO ATIVO; UMA FERRAMENTA NO FUTURO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Maria da Graça Moreira

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258318

CAPÍTULO 19 237

PROTEÇÃO À MULHER NO HORIZONTE DA PACIFICAÇÃO SOCIAL

Marzely Gorges Farias

Zelindro Ismael Farias

Cleia Demétrio Pereira

Martha Inés Moreno Mendel

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258319

INFORMAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E DECISÃO

CAPÍTULO 20251

A ANÁLISE DISCRIMINANTE, O *GOING CONCERN* E O *SCORING* – UM *OVERVIEW*

Cândido Jorge Peres Moreira
Mário Alexandre Guerreiro Antão
Domingos Custódio Cristóvão
Hélio Miguel Gomes Marques
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Catarina Carvalho Terrinca

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258320

CAPÍTULO 21263

DETERMINANTES DA OPINIÃO MODIFICADA DA AUDITORIA NOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES DE MÉDIA DIMENSÃO (2016-2018)

Paula Gomes dos Santos
Carla Martinho
Raquel Lopes

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258321

CAPÍTULO 22 277

ANÁLISIS DEL MERCADO DE CAPITALES DEL ECUADOR

Carolina Uzcátegui Sánchez
Karen Michel Serrano Orellana

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258322

CAPÍTULO 23289

CONTABILIDADE PÚBLICA E IPSAS EM PORTUGAL: O SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA PARA AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Maria da Conceição da Costa Marques

 https://doi.org/10.37572/EdArt_29052258323

SOBRE OS ORGANIZADORES307

ÍNDICE REMISSIVO 308

CAPÍTULO 11

CARTOGRAFIA DA FAMÍLIA EMPRESÁRIA: PERCURSORES, CONCEITOS E EMERGÊNCIA DE MODELOS TEÓRICOS

Data de submissão: 09/02/2022

Data de aceite: 28/02/2022

Jorge José Martins Rodrigues

Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Lisboa
Área Departamental de Gestão
Instituto Politécnico de Lisboa – Portugal
<http://orcid.org/0000-0001-7904-0061>

Maria Amélia André Marques

Escola Superior de Ciências Empresariais
Departamento de Comportamento
Organizacional e Gestão de
Recursos Humanos
Instituto Politécnico de Setúbal – Portugal
<https://orcid.org/0000-0002-7196-3838>

RESUMO: Partindo da conceção de Engels para quem a família é um elemento ativo, nunca permanecendo estacionária, mas que passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado, e da importância do estudo da Família no contexto empresarial, este capítulo pretende analisar o estado da arte da família desde os primórdios da humanidade. Tendo como estratégia de investigação a “teoria da prática” de Bourdieu, significando que no momento da realização

de uma pesquisa, a problemática pode ser alterada, a hipótese modificada e as variáveis reconsideradas, fazendo com que a qualquer instante surja uma visão inovadora do que se passa no campo em análise, apresenta-se uma revisão da literatura sobre esta problemática no âmbito das diferentes ciências sociais. O objetivo é identificar variáveis e dimensões de análise por forma a viabilizar a criação de um modelo concetual. Como principais resultados apontam-se as diferentes tipologias de família, muito diferentes da que hoje conhecemos. Esses resultados poderão ser integrados na conceção de um modelo integrador de várias dimensões teóricas, genérico e abrangente, qual mosaico árabe, para que o mesmo possa ser aplicado a qualquer tipo de família empresarial.

PALAVRAS-CHAVE: Família consanguínea. Punaluana. Sindiásmica. Monogâmica. *Gens*.

BUSINESS FAMILY CARTOGRAPHY: PRECURSORS, CONCEPTS AND EMERGENCE OF THEORETICAL MODELS

ABSTRACT: The main aim of this chapter is to analyze the state of the art of the Family since the dawn of mankind. It stems from Engels definition that the family is an active element; never remains stationary, but shifts from a lower to a higher form, as society evolves from a lower to a higher degree. It also stems from the acknowledgement that the family has played a major role or roles in the capitalist society but nevertheless it is not until recently

that its study has caught the attention of the Academia. Thus, this field is still embedded in inconsistency, paradoxes and lack of systematization. Using as a strategy Bourdieu's Theory of Practice, which is a research strategy that, at the time of a research, the problem can be modified, the modified hypothesis and the variables reconsidered, causing at any moment a vision to emerge of what is happening in the field under analysis, and carrying out a review of the literature, we tried to identify and typify variables and dimensions which would enable us to study the viability of creating a conceptual integrated model of analysis. Our main findings were different types of families, some very different from what we find today (Inbred family, punaluana family, sindiásmica family). This knowledge and the variables that shape them enabled us to start to conceptualize a holistic model such as an Arabic mosaic, with several theoretical dimensions, so that it could be applied to any type of business family.

KEYWORDS: Inbred family. Punaluana family. Sindiásmica family. Monogamous family. Gens.

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento socialmente útil sobre um assunto está sempre afetado de ignorância parcial e à medida que se avança no mesmo mais interrogações se levantam. Por isso o conhecimento nasce do desejo de se criar qualquer coisa que não existe a partir daquilo que já existe. Tal processo consiste, então, em descobrir, retirar ou compreender os fenómenos da natureza no contexto em que são gerados, pois esse contexto influencia a questão que impulsiona o processo de investigação, influencia o sujeito e, simultaneamente, é influenciado por ele. A falta de conhecimento, das características e particularidades do sistema de relações que se criam nas interações entre a família empresária e o negócio de família, além do significado ambíguo destes dois constructos (Harms, 2014), origina ainda um processo involuntário de confusões. Aquelas debilidades desencadeiam a paulatina perda de competitividade dos negócios, podendo chegar um momento, em que sob a propriedade da família, a empresa já não seja viável no mercado, com a consequente perda de património familiar e, às vezes, uma deterioração das relações entre familiares. Os empresários que desejam manter a propriedade e/ou a gestão em poder da geração seguinte devem promover o processo de mudança da família empresária. Este processo de mudança é paulatino e estruturado, e inclui a análise, avaliação, definição e implementação de um conjunto de atividades que procuram:

- a) Manter a competitividade do negócio de família, com a finalidade de o perpetuar como fonte de bem-estar económico do clã familiar. Este pressuposto consegue-se, com a implementação de boas práticas de gestão e governo nas empresas que são propriedade da família, o mesmo é dizer, com a profissionalização da sua gestão. As empresas atuam em mercados

competitivos, sujeitos a riscos – económicos, financeiros, de reputação –, surgimento de novos produtos e novas formas de concorrência, que têm impacto no desempenho das mesmas.

- b) Constituir e/ou manter a família, ou parte dela, como uma equipa de trabalho. Ou seja, um conjunto de pessoas que têm a mesma visão, metas e regras na relação com a empresa da qual são e/ou serão proprietários. Para que um negócio de família tenha êxito, parece importante manter esta:
 - i. Unida, em relação ao projeto de família que será a empresa;
 - ii. Preparada, para os papéis que lhe competem desempenhar;
 - iii. Comprometida, para evitar e prevenir a confusão entre família e empresa.

Como consequência destas atividades, havendo harmonia na família empresária (Gallo *et al.*, 2009), esta poderá disponibilizar um conjunto único de recursos à empresa familiar, vantagem competitiva que não está ao alcance das empresas não familiares. Assim, uma empresa familiar parece correr menos riscos que uma empresa não familiar; daí que as primeiras logrem gerar maior valor para os seus constituintes organizacionais, apesar de a maioria delas tenderem a desaparecer ou perder uma parte importante do seu património durante a segunda geração ou na passagem para a terceira geração (Gallo *et al.*, 2009). Uma família empresária não é uma família comum, pois possui também laços societários e/ou profissionais.

A sobrevivência da família empresária no longo prazo requer não só uma política apropriada de consumo e investimento dos seus recursos, mas também o reforço constante dos valores morais responsáveis pela criação de riqueza da família nas gerações anteriores. Cientes de que o conhecimento e as ideias atuais sobre a família empresária oscilam entre conceitos cientificamente comprovados até às boas intenções, porventura *naïfs*, o que os torna questionáveis (Gallo *et al.*, 2009), a opção metodológica para este artigo assenta na análise de literatura (Gioia *et al.*, 2013), procurando captar os tipos de família, por acreditarmos que a maior parte deste conhecimento está fragmentado e necessita de ser organizado em modelos teóricos mais completos (Gallo, 2009). Numa abordagem sistémica, Pessoa (1926) escreveu: Toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria. Fazer investigação não é resolver problemas; é saber definir um problema! Resolver problemas é uma questão técnica enquanto investigar é saber fazer a pergunta certa. Por isso a sociologia se preocupa em revelar fatos e relações nem sempre explícitas, fazendo emergir questões onde se aparenta naturalidade. O seu objeto envolve lutas,

relações de poder, aspetos pouco revelados da realidade social que muitos não desejam ver elucidados (Bordieu, 1990).

Deste modo, o objetivo principal da comunicação consiste em obter o “*state of art*” dos tipos de família percursores da família empresária, a qual se poderá inserir numa proposta de modelo suficientemente genérico e abrangente, qual mosaico árabe, para que o mesmo possa ser aplicado a qualquer tipo de família empresária, possa ser confirmado ou rejeitado por outros investigadores e ajude a compreender os riscos e oportunidades, as tendências sociais, culturais, políticas, ambientais – os seus *stakeholders* relevantes – e como a família empresária tem impacto junto deles, tem capacidade de dialogar e estabelecer parcerias com os mesmos.

A estrutura da comunicação inicia-se com esta introdução ao tema. Segue-se um breve enquadramento teórico, no ponto dois, onde se contextualiza o problema. O ponto três descreve a metodologia seguida. No ponto quatro apresentam-se as diferentes tipologias de família em Engels, e também os tipos de família moderna. Por fim apresenta-se uma breve Conclusão, com as limitações e pistas futura para investigação.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Dos debates mais promissores entre académicos, sociólogos, antropólogos, psicólogos e teólogos, entre outras áreas do conhecimento, prende-se com a definição do conceito família. Será que o conceito e a família variaram no tempo? A resposta é afirmativa!

Para Engels (1976) a família é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos; só depois de longos intervalos, registam os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente.

As novas gerações, hoje, têm modelos de vida diferentes, onde existe uma intensa complexidade de modelos familiares; as famílias formam-se, reformam-se e transformam-se, com o fenómeno da família monoparental a querer dominar. Ora, o modo como se define a família afeta significativamente os resultados dos estudos empíricos (Bettineli *et al.*, 2014). A família sofreu uma série de transformações e as mudanças continuam a acontecer (Aldrich *et Cliff*, 2003; Giddens, 2013). Apesar de não atuarem da mesma forma, quase todas as sociedades se organizam em famílias, mas a caracterização destas difere, pois, a família é produto do sistema social e reflete o estado da cultura desse sistema, moldando-se às condições de vida que dominam num determinado espaço de tempo (Greif, 2006; Giddens, 2013).

O conceito de família com base nas relações de parentesco de consanguinidade e do casamento deu lugar, a partir dos anos 1960, ao modelo ideal de família, uma extensão do modelo ideal preconizado na modernidade, a qual enfatiza o amor romântico, o matrimônio ideal e o afeto como base da vida familiar (Machado, 2005). A realidade do Séc. XXI mostra um declínio do casamento, um aumento dos divórcios, múltiplos arranjos conjugais e novos laços de parentesco, em combinatórias sempre originais, a caminho do nomadismo conjugal (Déchaux, 2009), o que exige o recurso a modernidades múltiplas (Eisenstadt, 2001), como forma de gerir a existência de padrões culturais diversificados, complexos e moventes, numa sobreposição coexistente de diferentes tempos históricos (Almeida, 2013). Assim, estar vivo é mudar constantemente, pois, cada experiência e cada decisão afetam as que se seguem, pelo que os sistemas e organizações também envelhecem e mudam com a passagem do tempo (Gersick *et al.*, 1997).

No caso particular da família [empresária] que detém empresas [familiares], existe a necessidade de consenso entre aqueles que fazem parte dela, devido aos significativos bens em comum, e à intensidade dos contatos – pelo menos para alguns dos seus membros –, os quais permanecerão elevados durante toda a vida. Assim, a definição clara a respeito dos limites da família é útil para decidir quem tem responsabilidades pela empresa e quem merece beneficiar com ela (Gersick *et al.*, 1997). A resposta à questão “Quem é família?” tem sido tentada em função da dinâmica do conceito família através dos tempos. Da aceitação da sua definição irá depender a evolução do negócio familiar, a liderança da família ou a divisão da herança. Contudo, um modelo não capta a realidade, somente a sugere (Gersick *et al.*, 1997), pelo que, mesmo utilizando a definição mais ampla do termo família continua por definir, inequivocamente, o que é a família empresária (Rodrigues *et Marques*, 2019a).

Em resumo, a família é uma instituição social básica que surge sobre as mais diversas formas em todas as sociedades humanas, a qual parece ter desempenhado diversas funções, ora perdendo umas ora acrescentando outras. Assim, a ordem social de determinada época está condicionada por dois tipos de produção: a do desenvolvimento do trabalho e o da família (Engels, 1976). As mais importantes e permanentes funções da família parecem ser a reprodução da espécie, a criação e a socialização dos filhos e a transmissão essencial do património cultural (Floriani, 2012). O caminho percorrido pela instituição família, ao longo da história, é extremamente complexo – estado selvagem, barbárie, civilização (Engels 1976) – pois apresentou, até chegar à estrutura de hoje, mutações profundas e significativas (Dias, 2012; Lauwe *et Lauwe*, 1965).

3 METODOLOGIA

Há ocasiões em que a experiência passa à frente da teoria, sendo a primeira a encontrar novos factos; o papel da teoria é então o de retroverter as observações já realizadas, cabendo ao teórico reunir os novos dados e elaborar um edifício lógico no qual todos eles se integrem (Magueijo, 2003). Cientes de que o conhecimento e as ideias atuais, quer sobre a família empresária quer sobre a empresa familiar, oscilam entre conceitos cientificamente comprovados até às boas intenções, porventura *naïfs*, o que os torna questionáveis (Gallo *et al.*, 2009), a opção metodológica para esta comunicação assentou na análise de literatura (Gioia *et al.*, 2013), procurando captar os conceitos de família e suas dimensões, por acreditarmos que a maior parte deste conhecimento está fragmentado e necessita de ser organizado em modelos teóricos mais completos (Gallo *et al.*, 2009).

Numa abordagem sistémica, Pessoa (1926) escreveu que toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria. Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática, não olhando a que a teoria não é senão uma teoria da prática, e a prática não é senão a prática de uma teoria. Quem não sabe nada de um assunto, e consegue alguma coisa nele por sorte ou acaso, chama “teórico” a quem sabe mais e, por igual acaso, consegue menos. Quem sabe, mas não sabe aplicar – isto é, quem afinal não sabe, porque não saber aplicar é uma maneira de não saber –, tem rancor a quem aplica por instinto, isto é, sem saber que realmente sabe. Mas, em ambos os casos, para o homem são de espírito e equilibrado de inteligência, há uma separação abusiva.

Fazer investigação não é resolver problemas; é saber definir um problema! Resolver problemas é uma questão técnica enquanto investigar é saber fazer a pergunta certa. Por isso a sociologia se preocupa em revelar factos e relações nem sempre explícitas, fazendo emergir questões onde se aparenta naturalidade. O seu objeto envolve lutas, relações de poder, aspetos pouco revelados da realidade social que muitos não desejam ver elucidados (Bordieu, 1990). Essa é a diferença!

Assim, a maior parte da literatura sobre os negócios de família está relacionada com o empreendedorismo, devido às suas raízes nos pequenos negócios, apesar de esta temática abranger um grande conjunto de subcampos interrelacionados. Ora, como qualquer campo de estudo, o desafio de ganhar e manter a legitimidade envolve uma abordagem equilibrada sobre a amplitude (o cruzamento de fronteiras disciplinares) e a profundidade (domínio de um corpo específico de conhecimentos), que permita apresentar uma estrutura concetual abrangente que claramente defina os limites do campo família

(Payne, 2018), pelo que, como se referiu anteriormente, a opção metodológica para esta comunicação assentou na análise de literatura, procurando captar os conceitos de família e suas dimensões.

4 TIPOS DE FAMÍLIA PRECURSORA

Quase todas as sociedades se organizam em famílias, como vimos, apesar de não atuarem todas da mesma forma e da sua caracterização diferir. A família é produto do sistema social e reflete o estado da cultura desse sistema, moldando-se às condições de vida que dominam num determinado espaço de tempo. É essa realidade, no início da época moderna, que iremos procurar conhecer.

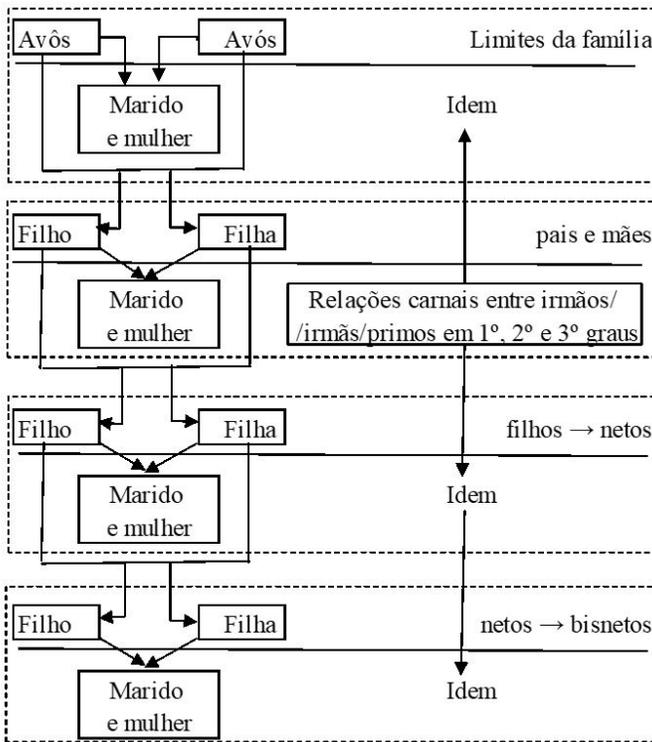
4.1 TIPOS DE FAMÍLIA EM ENGELS

O estudo da história da família, nomeadamente os sistemas de parentesco e formas de família correspondentes, elaborado por Engels (1976), para quem, em cada modo de produção houve uma forma predominante de arranjo familiar. A descoberta de uma espécie tosca de família com base em laços de consanguinidade é atribuída a Morgan (1877) e leva Engels (1976), a definir quatro tipos subsequentes de família: a família consanguínea, a família punaluana, a família sindiásmica e a família monogâmica, as quais serão apresentadas sumariamente.

4.1.1 Família consanguínea

A família consanguínea pode ser considerada a primeira etapa da família (Morgan, 1877), por nela os grupos conjugais se classificarem por gerações; todos os avôs e avós, nos limites da família, são maridos e mulheres entre si; o mesmo sucede com os seus filhos, ou seja, com os pais e mães; os filhos destes, por sua vez, constituem o terceiro círculo de cônjuges comuns; e os seus filhos, isto é, os bisnetos dos primeiros, o quarto círculo Engels (1976). Nesse tipo de família, os ascendentes e descendentes, os pais e filhos, são os únicos que, reciprocamente estão excluídos dos direitos e deveres do matrimónio, conforme pretende mostrar a Figura 1 – Diagrama de relações da família consanguínea. Esta “fase” do desenvolvimento familiar encontra-se, segundo Engels, no período de estado selvagem.

Figura 1 – Diagrama de relações da família consanguínea.



Fonte: Floriani (2012)

A característica adicional desta família, então, estaria no facto de os irmãos e irmãs, primos e primas, em primeiro, segundo e demais graus, serem, todos eles entre si, irmãos e irmãs, e em decorrência disso, maridos e mulheres uns dos outros. Ou seja, a relação entre irmão e irmã pressupõe, por si, a relação carnal mútua. Exemplo típico de tal família seriam os descendentes de um casal, em cada uma de cujas gerações sucessivas todos fossem entre si irmãos e irmãs e, por isso mesmo, maridos e mulheres uns dos outros.

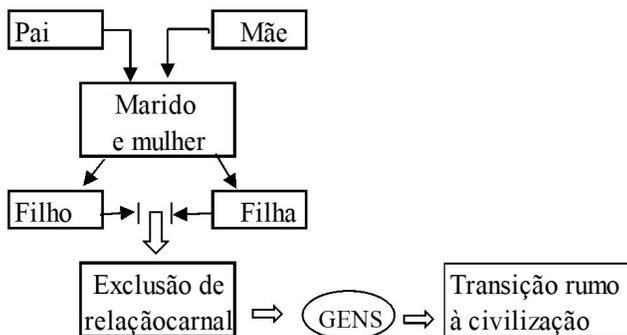
Este sistema familiar desapareceu (Engels, 1976; Floriani, 2012).

4.1.2 Família punaluaana

A principal característica da família punaluaana, em relação à família consanguínea, reside na exclusão dos pais, filhos e irmãos das relações sexuais recíprocas, pondo fim ao matrimónio entre irmãos colaterais, ou seja, primos carnais, primos em segundo e terceiro grau. Este processo, provavelmente, ocorreu de forma progressiva, tendo começado pela exclusão dos irmãos uterinos e acabou pela proibição do matrimónio entre irmãos colaterais (Engels, 1976). Nas sociedades onde este progresso limitou a reprodução consanguínea deve ter havido um desenvolvimento mais rápido e completo que naquelas

sociedades onde o matrimônio entre irmãos e irmãs continuou a ser uma regra e uma obrigação (Engels, 1976). Em decorrência deste avanço nas relações familiares foi instituída a “gens”, palavra latina usada por Morgan para designar um grupo consanguíneo com as características descritas em 4.1.1 Família consanguínea. Tem na sua raiz o conceito de “origem” ou “nascimento”, significando um grupo de indivíduos que se reportam a um mesmo ancestral e, portanto, a um mesmo nome de família ou clã.

Figura 2 – Diagrama de relações da família punaluana.



Fonte: Floriani (2012)

Logo, as *gens*, neste caso, eram círculos fechados de parentes consanguíneos, por linhagem materna, que não se podiam casar uns com os outros (Engels, 1976), pelo que cada família primitiva teve que cindir-se, o mais tardar depois de algumas gerações, dando origem a outras novas comunidades que não coincidiam, necessariamente, com o grupo de famílias. Um ou mais grupos de irmãs convertiam-se no núcleo de uma comunidade, e os seus irmãos carnais, no núcleo de outra. Estas irmãs carnais ou mais afastadas (primas, em diferentes graus) eram mulheres comuns de maridos comuns, dos quais ficaram excluídos os seus próprios irmãos.

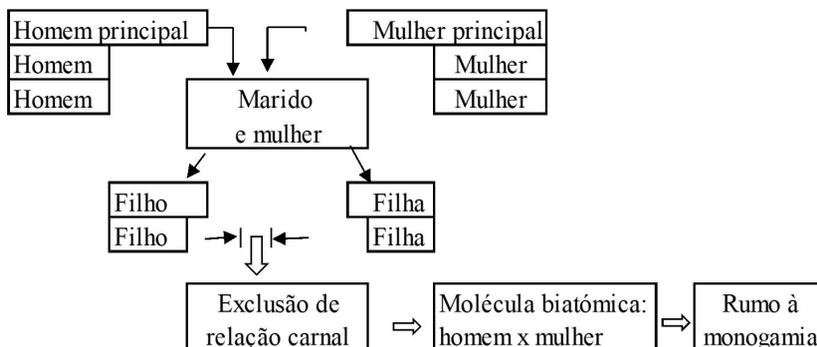
De igual modo, uma série de irmãos uterinos ou mais afastados (primos, em diferentes graus) tinham em casamento comum certo número de mulheres, com exclusão das suas próprias irmãs. Desta ou de outra forma análoga, da família consanguínea passou-se para a família panaluana – matrimônio por grupos (Engels, 1976). Portanto, a *gens*, além de se prestar a explicar a gênese da ordem social de praticamente todos os povos bárbaros do mundo, explica também a sua transição rumo à civilização, como demonstra a Figura 2 – Diagrama de relações da família punaluana. Este tipo de família é o tipo clássico de uma formação de família que sofreu, mais tarde, uma série de modificações, e cujo traço característico essencial era a comunidade recíproca de maridos e mulheres no seio de um determinado círculo familiar, do qual foram excluídos, todavia, no princípio, os irmãos carnais e, mais tarde, também, os irmãos mais afastados das mulheres, ocorrendo

o mesmo com os irmãos dos maridos (Engels, 1976). Os irmãos e irmãs carnais ou distantes (primos) eram denominados de 'punaluaus', ou seja, companheiros íntimos. Na família tipo punaluana (matrimônio por grupos) há, indiscutivelmente, uma certeza: não se pode saber, com segurança, quem é o pai de uma criança, mas sabe-se quem é a mãe, o que redundava em dizer que a descendência só pode ser estabelecida pelo lado materno, reconhecendo-se, assim, apenas a linhagem feminina (Engels, 1976).

4.1.3 Família sindiásmica

No regime de matrimônio por grupos já se formavam uniões por pares, de duração mais ou menos longa. O homem tinha uma mulher principal entre as suas numerosas esposas, e era para ela o esposo principal entre todos os outros (Engels, 1976). O impulso dado pelo *gens* à proibição do matrimônio entre parentes consanguíneos levou a uma redução constante do círculo em cujo seio prevalecia a comunidade conjugal entre sexos, até proibir o matrimônio entre todos os graus de parentesco reconhecidos, tornando, assim, cada vez mais impossíveis uniões por grupos, ficando no fim apenas o casal – família sindiásmica – unido por vínculos ainda frágeis. Enquanto nas anteriores formas de família os homens passavam por dificuldades para encontrar mulheres, e tinham até mais do que precisavam, agora as mulheres escasseavam e era necessário procurá-las, pelo que começam, com o matrimônio sindiásmico, o rapto e a compra de mulheres (Engels, 1976). A sua principal característica reside na sua forma de união por pares, com uma duração mais ou menos longa. Ou seja, uma união mais estável e mais duradoura que as formas de família anteriores. Esta união de pares traduzia-se como mostra a Figura 3 – Diagrama de relações da família sindiásmica: o homem tinha uma mulher principal, embora não se possa dizer que fosse a preferida, de entre as suas inúmeras esposas, e era para ela o marido principal, de entre todos os outros homens que também se constituíam em companheiros daquela.

Figura 3 – Diagrama de relações da família sindiásmica.



Fonte: Floriani (2012)

A poligamia e a infidelidade ocasional, por parte do homem, eram vistas como um direito seu. À mulher, esse ato era cruelmente castigado, se houvesse vida em comum. Os vínculos conjugais dissolviam-se com facilidade pela vontade de cada um dos cônjuges, ficando a partir daí, cada uma das partes livre para casar novamente. Os filhos ficavam com a mãe. Portanto, a evolução da família nos tempos pré-históricos consistiu numa relação constante do círculo em cujo seio prevalece a comunidade conjugal entre os sexos, círculo que originariamente abarcava a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes e, por fim, até das pessoas vinculadas apenas por alianças, torna impossível, na prática, qualquer matrimônio por grupos (Engels, 1976).

A família sindiásmica assume uma posição cronológica imediatamente antes da estrutura familiar considerada como “moderna”, com a introdução na família de um elemento novo: junto à verdadeira mãe coloca o verdadeiro pai (Engels, 1976). De acordo com a divisão do trabalho entre os dois sexos, na família sindiásmica, os homens estavam incumbidos de procurar a alimentação e de criar os instrumentos de trabalho necessários para isso. Neste contexto, o novo instrumento de trabalho – o escravo – e o gado eram propriedade do homem. A mulher era apenas utilizadora da propriedade, porém, não era dona. Assim, quando os homens se separavam das suas companheiras, podiam levar os seus pertences às suas *gens*, pois, com base no direito materno, os filhos não podiam herdar deles. Os bens deveriam ficar dentro da *gens* e os filhos não pertenciam à *gens* de seus pais. É com a família sindiásmica que ocorrem revoluções humanas fundamentais, as quais fizeram surgir a produção de excedentes, a propriedade privada, o patriarcado e a exploração do homem pelo homem. Desta forma, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, ao mesmo tempo que fazia com que nascesse nele a ideia de modificar, em proveito dos seus filhos, a ordem da herança estabelecida, abolindo o direito materno. O homem apoderou-se também da direção da casa e a mulher foi convertida em simples instrumento de reprodução (Engels, 1976).

4.1.4 Família monogâmica

A palavra *família*, neste contexto, significava o conjunto dos escravos pertencentes a um mesmo homem; e *famulus* significava escravo doméstico. A expressão *família* é romana e designa um novo organismo social submetido ao poder paterno do seu chefe, o qual mantinha o domínio sobre a mulher, os filhos e certo número de escravos, e o direito da vida e morte sobre todos eles (Engels, 1976). Este autor demonstra que a família

monogâmica é um constructo humano necessário à exploração dos homens pelos homens e à defesa da propriedade privada, a partir da divisão do trabalho entre sexos. Todas as formas de família eram determinadas pelo modo como a respetiva sociedade retirava da natureza o que lhe era imprescindível. Por isso, a família monogâmica nem sempre existiu. A família monogâmica foi criada por uma necessidade socioeconómica, tipicamente humana. Por isso, a família monogâmica surgiu com o advento da sociedade de classes e a propriedade privada (Lessa, 2012), baseada no domínio do homem e a sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível. Exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seus pais (Engels, 1976) e assim irão reter, na família, o domínio dos bens, utensílios e a riqueza produzida e usurpada. A origem da monogamia de modo algum foi fruto do amor sexual individual, com o qual nada tinha em comum, já que os casamentos eram coisa de conveniência, arranjada pelos pais (Engels, 1976), para preservar a propriedade privada e perpetuar a acumulação de riqueza da família. Com a monogamia surge o adultério e a prostituição.

Esta forma de família diferencia-se da família sindiásmica por uma solidez muito maior dos laços conjugais, que já não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. Agora, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar a sua mulher, sendo-lhe concedido igualmente o direito à infidelidade conjugal, enquanto à mulher este ato implicava repressão e castigos mais rigorosos que em qualquer outra época anterior (Engels, 1976). O triunfo definitivo destas relações é um dos sintomas da civilização. Esta foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas económicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Na sociedade grega, o casamento, mesmo sendo considerado um empecilho para a liberdade masculina, era tido como um “mal necessário” para dar filhos ao Estado. Predominava a monogamia masculina, sendo que às esposas cabia o dever de procriação e às cortesãs o papel de satisfazer sexual e intelectualmente aos homens. Coexistiam, assim, duas classes de mulheres: as que eram para casar e construir família e aquelas que serviam somente para satisfazer os prazeres sexuais (Zordan *et al.*, 2013).

Entre os gregos – o povo mais culto e desenvolvido da antiguidade (Engels, 1976) – encontrava-se o exemplo típico desse tipo de família, onde a monogamia era apenas para as mulheres, pois elas deviam guardar uma castidade e uma fidelidade conjugais rigorosas. As mulheres eram cativas e só lidavam com outras mulheres. Destinavam-se a cuidar da casa e procriar. As donzelas aprendiam principalmente a fiar, tecer e coser, e, quando muito, a ler e a escrever, sendo vigiadas e sempre acompanhadas pelas escravas.

Habitavam em lugares separados, em aposentos no alto ou atrás da casa. Os homens atenienses tinham exercício, ginástica e discussões públicas, podendo a monogamia e a prostituição, defendida pelo Estado, ser permitida, quando aqueles transformavam as escravas em suas concubinas. A entrega das mulheres por dinheiro – as hiérodulas (escravas que serviam nos templos) foram as primeiras prostitutas – foi, a princípio, um ato religioso: era praticado no templo da deusa do amor e, no início, o dinheiro ia para as arcas do templo (Engels, 1976). O adultério chegou a ser uma instituição social inevitável, pelo que, para promover a “certeza” da paternidade o código napoleónico de 1804, no seu artigo 312º, estipulava que o filho concebido durante o matrimónio tinha por pai o marido da mãe (Engels, 1976).

Entre os romanos, quer os homens quer as mulheres podiam romper o vínculo matrimonial, e as mulheres gozavam de liberdade, sempre vigiada pelo poder do marido sobre a sua vida e morte (Engels, 1976). Para os romanos, inicialmente, a esposa era apenas um instrumento do chefe de família: ela fazia filhos e completava o património. Ela era um bem que poderia ser cedido de um senhor a outro. O marido podia ter amores com escravos de ambos os sexos. Já a infidelidade feminina era vista como uma infelicidade. Assim, o romano era senhor de sua mulher, de seus filhos e de seus criados. O casamento era para ele um dever cívico, um ato político e um arranjo doméstico. Casar era um dos deveres do cidadão (Zordan *et al.*, 2013).

4.2 TIPOS DE FAMÍLIA MODERNA

O negócio familiar, à semelhança da vida biológica, surge como um embrião que inicialmente se desenvolve no seio da mãe. Logo, também a empresa familiar se vai formando na família do empresário, saindo dela num processo de separação / individualização em que adquire identidade própria, não abandonando nem esquecendo as características da família que esteve na sua origem (Rodrigues, 2021). Logo, os vínculos institucionais do negócio familiar assemelham-se aos vínculos dos filhos com os respetivos pais (Araújo *et al.*, 2015), o que faz com que haja uma dificuldade na separação entre o que é emocional e o que é racional, com tendência para o emocional e jogos de poder, em que muitas vezes mais vale a aptidão política que o mérito e a capacidade de gestão dos membros da família empresária, ao longo do ciclo de vida da empresa familiar (Rodrigues *et Marques*, 2019b).

Tem sido hábito adotar como critério de classificação dos diferentes grupos familiares a linha de transmissão do nome e da herança (família matrilinear e patrilinear) ou a concentração de autoridade (patriarcal, matriarcal, igualitária ou outra). Também tem sido hábito contrapor hoje aos tipos tradicionais a *família nuclear*, composta de

marido, mulher e filhos, o que contrasta com a *família extensa*. No entanto, a família nuclear, apesar de despojada de algumas das suas funções outrora assumidas pela família tradicional e extensa, é ainda em grande parte responsável pela socialização dos filhos e pela estabilidade emocional e mental das personalidades adultas (Floriani, 2012). Assim, percebe-se que o conceito de família é influenciado por uma perspectiva de mero relacionamento de indivíduos, para adotar uma tendência moderna de um “sistema de papéis”, onde os papéis idênticos podem ser desempenhados por diversos indivíduos ou distribuídos entre eles (Rodrigues, 2016). Daqui surge a *família composta*, cuja característica principal é abrigar sob o mesmo teto várias famílias nucleares ou, ainda, a chamada *família complexa*, que se identifica pelo facto de os membros mais jovens trazerem as suas esposas para o teto paterno. Nesta última tipologia introduz-se na família membros que, biologicamente, desta não fazem parte, mas que detêm igual poder hereditário.

Assim, a tendência principal das sociedades modernas é a consolidação da família nuclear, cujos traços preponderantes são:

- a) A livre escolha dos companheiros no casamento;
- b) Maior número de divórcios;
- c) Maior mobilidade residencial;
- d) Enfraquecimento dos laços de parentesco;
- e) A emancipação da mulher, com o seu ingresso no mercado de trabalho;
- f) A perda do sentido de responsabilidade dos filhos em relação aos pais e avós.

Este conceito de família opõe-se ao tradicional, o qual acentua a continuidade através do nome, da profissão e da herança, alicerçada numa tradicional resistência às mudanças, alterando profundamente o processo sucessório da família empresária. Por isso, o processo de transformação de uma família comum para uma família empresária é determinante para o sucesso e continuidade da própria família e o património herdado, sendo difícil perceber como esta problemática, até agora, não mereceu muita atenção de historiadores, profissionais ou académicos ligados ao mundo empresarial (Bernhoeft et Gallo, 2003; Casillas et al., 2005), apesar de a família empresária surgir na História praticamente com as primeiras estruturas sociais, ainda toscas, situando-se, portanto, no primeiro capítulo da vida do homem civilizado (Floriani, 2012). A família empresária nasceu de uma necessidade de subsistência e não por qualquer necessidade económica ou financeira. No início da humanidade os artesãos – o artesanato era a forma de trabalho mais habitual entre os povos primitivos – desenvolviam as suas aptidões e tornavam-se especialistas em desenvolver algumas funções que lhes possibilitavam a troca dos bens por si produzidos por outros de que tivessem necessidade, como alimento, vestuário ou calçado (Floriani, 2012). Por isso, raramente é adequado falar sobre família empresária

sem levar em conta o seu estágio de desenvolvimento (Gersick *et al.*, 1997; Rodrigues *et Marques*, 2019a).

Clarificando, o constructo empresa familiar poderá dar origem a dois conceitos diferentes: a *empresa familiar* e a *família empresária*. Assim:

- a) O conceito *empresa familiar* é utilizado quando se pretende destacar a empresa em si mesmo, enquanto organização que tem por finalidade explorar o negócio de família, cuja propriedade do capital é detida por uma ou mais famílias, que determinam a orientação estratégica da mesma e podem, inclusive, liderar os seus órgãos de governo e de direção (Casillas *et al.*, 2005). Portanto, a empresa familiar surge da necessidade de perpetuar o negócio de família, com o objetivo de ampliar o património familiar e colocar nele os herdeiros, proporcionando-lhes, ao mesmo tempo, a captação de recursos de subsistência e crescimento e expansão da sua riqueza (Floriani, 2012). A característica básica que distingue o negócio de família dos restantes negócios é a influência das relações daquele com a família empresária, as quais influenciam o modo como o mesmo é governado, estruturado, gerido e transferido para a próxima geração (Aronoff *et Ward*, 1995; Tagiuri *et Davis*, 1996).
- b) O conceito de *família empresária* utiliza-se quando se pretendem destacar os aspetos que estão ligados à instituição familiar enquanto conjunto de pessoas que, além de partilharem um parentesco familiar, formal ou informal, detêm, controlam e ou dirigem um determinado negócio, património ou organização empresarial (Casillas *et al.*, 2005). A família empresária, no seu âmago, nasce de uma necessidade de subsistência e não de qualquer forma de interesse pecuniário ou económico. Os artesãos desenvolviam as suas aptidões e tornavam-se especialistas em algumas tarefas – Woods era o lenhador, Ferrari era o ferreiro, Fisher era o pescador – cujos atributos passavam, por herança natural, de geração em geração, e atestavam a qualidade laboral da família empreendedora (Floriani, 2012). O mesmo é dizer que usamos o conceito de família empresária para nos referirmos à família como uma instituição ou estrutura social (Nordqvist *et Melin*, 2010), a qual resulta da sobreposição dos constructos de família alargada, de empresa familiar e da capacidade empreendedora (Randerson *et al.* 2015).

Aqueles conceitos são, por vezes, utilizados indistintamente, ainda que possuam conteúdo bem definido. Contudo, se utilizados no seu contexto, poderão ajudar a esclarecer o seu âmbito. Assim, por exemplo, se estivermos a tratar de um assunto

sobre a incorporação de administradores externos à família empresária no conselho de administração da empresa familiar, tratar-se-á, muito provavelmente, de um assunto típico desta. Por outro lado, se estivermos a discutir qual deverá ser a orientação a dar à formação dos filhos do empresário para que possam assumir futuras responsabilidades na empresa da família, muito provavelmente, estamos a tratar de uma questão do âmbito da família empresária (Rodrigues *et* Marques, 2019a).

5 CONCLUSÃO

Esta resenha histórica sobre os diferentes tipos de família nos primórdios da civilização moderna consciencializa e dá visibilidade à necessidade de compreender melhor certas dimensões teóricas que ajudam a melhor apreciar o constructo família empresária, no sentido de consciencializar, informar, assessorar e formar os membros dessa família e a sociedade em geral.

Como limitações aponte-se o carácter contingente do constructo família, o qual tem mudado com os tempos e influencia os estudos desenvolvidos. A pesquisa no campo família empresária deve ser constante e multidisciplinar.

Para investigação futura sugere-se a análise de outros textos do início da civilização moderna, obtendo-se assim uma compreensão mais profunda do constructo família empresária, que facilite a apresentação de um modelo integrador de várias dimensões teóricas, e que seja ao mesmo tempo aberto, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALDRICH, Howard E. & CLIFF, Jennifer E. (2003). "The pervasive effects of family on entrepreneurship: toward a family embeddedness perspective", *Journal of Business Venturing*, 18 (5): 573-596.

ALMEIDA, João Ferreira (2013). *Desigualdades e perspetivas dos cidadãos. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

ARAÚJO, Tatiane R. P. P., BUCHER-MALUSCHKE, Júlia S. N. F. & PEDROSO, Janari S. (2015). "Systemic principles in the study of family businesses", *Systems Research and Behavioral Science*, 33 (2): 259-264.

ARONOFF, Craig E. & WARD, John L. (1995). "Family-owned businesses: A thing of the past or a model of the future?", *Family Business Review*, 8 (2):121-130.

BERNHOFET, Renato & GALLO, Miguel (2003). *Governança na empresa familiar*, Rio de Janeiro, Campus, 148.

BETTINELLI, Cristina, FAYOLLE, Alain & RANDERSON, Kathleen (2014). "Family entrepreneur-ship: A developing field", *Foundations and Trends in Entrepreneurship*, 10 (3): 161-236.

BOURDIEU, Pierre (1990 [1987]). *Coisas ditas*, São Paulo, Editora Brasiliense, 234.

- CASILLAS, José C., VÁSQUEZ, Adolfo & DÍAZ, Carmen (2005). **Gestão da empresa familiar: Conceitos, casos e soluções**, São Paulo, Thomson Learning, 268.
- DÉCHAUX, Jean-Hugues (2009). **Sociologie de la famille**, Paris, Editions La Découverte.
- DIAS, Cristina M. Araújo (2012). "A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e as novas formas de família", **Revista da Universidade Portuguesa**, 15: 35-48.
- EISENSTADT, Shmuel Noah (2001). "Modernidades múltiplas", **Sociologia, problemas e práticas**, 35: 139-163.
- ENGELS, Friedrich (1976 [1884]). **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**, 3ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 236.
- FLORIANI, Oldoni Pedro (2012 [2007]). **Empresa familiar ou ... Inferno familiar?**, 2ª ed., Curitiba, Juruá Editora, 247.
- GALLO, Miguel Angel, KLEIN, Sabine, MONTEMERLO, Daniela, TOMASELL, Salvatore i & CAPPUYNS, Kristin (2009). **La empresa multigeracional: El papel de la familia propietária**, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra.
- GERSICK, Kelin E., DAVIS, John A., MCCOLLOM, Marion M. & LANSBERG, Ivan (1997). **De geração para geração: Ciclos de vida das empresas familiares**, 3ª ed., São Paulo, Negócio Editora.
- GIDDENS, Anthony (2013). **Sociologia**, 9ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GIOIA, Dennis A., CORLEY, Kevin G. & HAMILTON, Aimee L. (2013). "Seeking qualitative rigor in inductive research: Notes on the Gioia methodology", **Organizational Research Methods**, 16 (1): 15-31.
- GREIF, Avner (2006). "Family structure, institutions, and growth: The origins and implications of western corporations", **American Economic Review**, 96 (2): 308-312.
- HARMS, Henrik (2014). "Review of family definitions: Cluster approach and implications of heterogeneous applications for family business research", **International Journal of Financial Studies**, 2 (3): 280-314.
- LAUWE, Paul-Henri Chombart de & LAUWE, Marie-José Chombart de (1965 [1950]). "A evolução contemporânea da família: estruturas, funções, necessidades", **Análise social**, 3 (12): 475-500 «L'évolution des besoins et la conception dynamique de la famille», *Revue Française de Sociologie*, I (4): 403-425.
- LESSA, Sérgio (2012). **Mundo dos homens: Trabalho e ser social**, 3ª ed., S. Paulo, Instituto Lukács, 254.
- MACHADO, Hilka Vier (2005). "Reflexões sobre concepções de família e empresas familiares", **Psicologia em Estudo**, 10 (2): 317-323.
- MAGUEIJO, João (2003). **Faster than the Speed of Light** (tradução portuguesa de Paulo Ivo Teixeira, *Mais rápido que a luz*, Gradiva, Lisboa, Maio de 2003).
- MORGAN, Lewis Henry (1877). **Ancient Society, or Researches in the lines of Human Progress from Savagery though Barbarism to Civilization**, Londres, Mac Millan and Cª.
- NORDQVIST, Mattias & MELIN, Leif (2010). "Entrepreneurial families and family firms", **Entrepreneurship and Regional Development**, 22 (3-4): 211-23.

- PAYNE, G. Tyge (2018). "Reflections on family business research: Considering domains and theory", **Family Business Review**, 31 (2): 167-175.
- PESSOA, Fernando (1926). "Palavras iniciais", *Revista de Comércio e Contabilidade*, 4, 1-2.
- RANDERSON, Kathleen, BETTINELLI, Cristina, FAYOLLE, Alain & ANDERSON, Alistair (2015). "Family entrepreneurship as a field of research: Exploring its contours and contents", **Journal of Family Business Strategy**, 6 (3): 143-154.
- RODRIGUES, Jorge José M. (2021). "Família empresária e seus públicos", **European Journal of Human Resources Management Studies**, 5 (1): 1-18.
- RODRIGUES, Jorge José M. (2016). "Família empresária e competências empreendedoras", **Fórum Sociológico**, 29: 53-63.
- RODRIGUES, Jorge, MARQUES, Maria Amélia (2019a). "Family firms and family business: A conceptual approach about the ambiguities, paradoxes and uniqueness of family businesses", **European Journal of Social Sciences Studies**, 4 (5): 150-172.
- RODRIGUES, Jorge José M., MARQUES, Maria Amélia André (2019b). "A família empresária no evangelho de S. Lucas / Family business in the gospel of St. Luke", **European Journal of Management and Marketing Studies**, 4 (4): 1-15.
- TAGIURI, Renato & DAVIS, John A. (1996). "Bivalent attributes of the family firm", **Family Business Review**, 9 (2): 199-208.
- ZORDAN, Eliana Picoli, FALCKE, Denise & WAGNER, Adriana (2005). "Copiar ou (re)criar? Perspetivas histórico-contextuais do casamento", in Wagner, Adriana (Org.) (2013). **Como Se Perpetua a Família? - A transmissão dos modelos familiares**, Porto Alegre, EDIPUCRS.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Jorge José Martins Rodrigues é economista. Licenciado, mestre e doutor em Gestão (ISCTE-IUL). Mestre e pós doutorado em Sociologia – ramo sociologia económica das organizações (FCSH NOVA). Professor coordenador no ISCAL – *Lisbon Accounting and Business School* / Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal. Exerceu funções de direção em gestão (planeamento, marketing, comercial, finanças) no setor privado, público e cooperativo. É investigador integrado no Instituto Jurídico Portucalense. Ensina e publica nas áreas de empresa familiar e família empresária, estratégia e finanças empresariais, gestão global, governabilidade organizacional, marketing, planeamento e controlo de gestão, responsabilidade social e ética das organizações.

Maria Amélia Marques, Doutora em Sociologia Económica das Organizações (ISEG/ULisboa), Mestre em Sistemas sócio-organizacionais da atividade económica - Sociologia da Empresa (ISEG/ULisboa), Licenciada (FPCE/UCoimbra), Professora Coordenadora no Departamento de Comportamento Organizacional e Gestão de Recursos Humanos (DCOGRH) da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal (ESCE/IPS), Portugal. Membro efetivo do CICE/IPS – Centro Interdisciplinar em Ciências Empresariais da ESCE/IPS. Membro e Chairman (desde 2019 da ISO-TC260 HRM Portugal. Tem várias publicações sobre a problemática da gestão de recursos humanos, a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, os novos modelos de organização do trabalho, as motivações e expectativas dos estudantes Erasmus e a configuração e dinâmica das empresas familiares. Pertence a vários grupos de trabalho nas suas áreas de interesses.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 227, 263, 264, 265, 266, 274, 275, 276
Administrações públicas 289, 290, 294, 295, 299, 301, 303, 304, 306
Análise discriminante 251, 252, 260
Análise “Lata de lixo” 174
Anteriores opiniões modificadas 263, 266, 267, 268, 274
Aprendizaje Colaborativo 24
Área de promoção y fomento 97, 107
Ativos tangíveis 159, 167, 168, 301
Auditoria 100, 106, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 274, 275, 276, 287, 293

B

Bioética 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

C

Calidad de Datos Abiertos 87, 88, 95
Certificação 210, 211, 218, 221, 222, 223, 224, 274
Clasificación 97, 103, 104, 106, 108, 280
Comunidad Virtual de Aprendizaje 24, 26
Conciliação entre a vida profissional 210, 211, 212, 226, 227
Conocimientos financieros 32, 33, 35, 38, 39, 41
Contabilidade pública 274, 289, 290, 292, 295, 298, 303, 304, 305, 306
Continuidade 139, 252, 258, 260
Cooperação 144, 145, 146, 155, 196, 204
Criação de valor 144

D

Desenvolvimento profissional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
Direitos humanos das mulheres 237, 239, 240, 241, 242
Discurso 4, 10, 12, 110, 184, 185, 186, 190, 191, 195
Docente 1, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 15, 17, 19, 21, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 60, 62, 63, 97, 184, 192, 247

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 14, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 202, 208, 214, 216, 227, 238, 239, 243, 246, 247, 248, 249, 264

Educación 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 50, 51, 68, 84, 85, 95, 98, 99, 105, 110, 111, 281, 288

Educación financiera 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 99

Educación Superior 15, 17, 19, 22, 25, 68, 105

Envelhecimento activo 229, 230, 231

Esmeraldas 32, 33, 34, 38, 39, 40

Estratégia 8, 11, 126, 146, 148, 164, 167, 170, 171, 186, 196, 197, 198, 199, 206, 208, 216, 301

Estrés 54, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Estudiante 15, 17, 19, 20, 52, 55, 56, 57, 58, 73

Evaluación formativa 52, 55, 56, 57, 59

Exámenes 67, 68, 70, 73, 75, 78, 82, 83

F

Falência 251, 252, 253, 254, 255, 256, 260, 261, 262

Família consanguínea 126, 132, 133, 134

Familiar e pessoal 210, 211, 212, 214, 215, 227

Feminicídio 237, 238, 239, 246, 247, 248, 249

Formação contínua 1, 2, 7, 12, 13, 14

G

Gens 126, 127, 134, 135, 136

Gobierno Abierto 87, 88, 95

H

Herramienta de validación 87, 92, 94

I

Identity 110, 112, 113, 119, 120, 122, 123

Ingeniería de Software 52, 54, 57

Instituições de Ensino Superior 196, 197, 200, 209

Investigação interpretativa 174, 177, 178, 179

Investigación 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 55, 65, 77, 84, 92, 95, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 184, 189, 191, 192

Islamic education 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124

J

Jornadas Pedagógicas 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Jóvenes bachilleres 32, 35, 36, 38, 39

L

Lei Maria da Penha 237, 239, 244, 247, 248, 249

M

Marketing 109, 143, 158, 174, 196, 197, 201, 204, 207

Mercado bursátil 277, 279, 281, 282, 283, 286, 287

Mercado de capitales 277, 279, 280, 281, 284, 285, 287, 288

Mercados financieros 277, 278, 279, 280, 287, 288

Micro e pequenas empresas 144, 155

Mindfulness 67, 68, 71, 72, 83, 84, 85

Monogâmica 126, 132, 136, 137

Moral 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 115, 116, 281

Municípios 231, 232, 233, 234, 236, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276

O

Observatorio de Ciencias Empresariales 97, 99, 100, 103, 104, 105, 106, 107, 108

Organizações familiarmente responsáveis 210, 213, 222

Orientação para o mercado 174

Ortografía en datos abiertos 87

P

Políticas públicas 26, 40, 108, 179, 237, 239, 243

Previsão 46, 245, 251, 252, 255, 256, 259, 261, 262

Psicología del trabajo 184, 185

Punaluana 126, 127, 132, 133, 134, 135

R

RBV Theory 159, 160

Recursos estratégicos 148, 159

Redes de negócio 144
Reforma 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 289, 290, 302, 304, 305
Reforma laboral 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190
Reforms 110, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 185
Regiões de baixa densidade 229
Relato de sustentabilidade responsabilidade social corporativa 210
Rendimiento académico 67, 84
Responsabilidade social 4, 44, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 225, 226
Rúbricas 52, 56, 57, 62, 65, 66, 257

S

Scoring 251, 252, 259, 260, 262
Setor Público 174, 180, 264, 265, 266, 267, 273, 275, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 301, 304, 305
Sindiásmica 126, 127, 132, 135, 136, 137
Sistema de evaluación 52
SNC-AP 289, 290, 294, 295, 296, 301, 302, 303, 304, 305

T

Teoria institucional 174, 178, 183
Textbooks 28, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123
Trabajadores 184, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195

U

Universidade Sénior 229, 231, 235

V

Values 42, 43, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 192
Vantagens competitivas 145, 147, 148, 149, 155, 159, 165, 166, 167, 170
Violências de gênero 237, 242